

Uma publicação do Instituto Genildo Batista



Marlon Ludovico

## O QUE VOCÊ SABE SOBRE A DÍVIDA DO SEU MUNICÍPIO, DO SEU ESTADO E DO SEU PAÍS?

No **INFORMA-SE Número 4** tratamos sobre dois assuntos muito importantes para o nosso país e para o povo brasileiro: a **Carta + Questionário** que a Auditoria Cidadã da Dívida – ACD enviou para todos os partidos políticos, solicitando que sejam enviados a todos os pré-candidatos, pré-candidatas, candidatos e candidatas a todos os cargos nesta eleição: de presidente da república a deputado estadual.

**A ACD quer saber e divulgar o posicionamento de todos e todas sobre o Sistema da Dívida.**

E você sabe o que é o SISTEMA DA DÍVIDA? Confira artigo de Lujan Miranda sobre “**O BIS e o Sistema da Dívida**”.

O outro assunto é um texto de Genildo Batista sobre um Mandato Socialista. **Quem não tem questionamento sobre como votam os/as parlamentares, como administram os/as governantes, sobre como funcionam os gabinetes**, dentre outros?

Esses assuntos não são e nem deveriam ser de interesse apenas de quem gosta da política partidária. **Esses assuntos são e devem ser de interesse de toda a sociedade.**

## Quem financia os Municípios, os Estados e a União e quem mais se beneficia com os gastos públicos?

No **INFORMA-SE Número 5**, começaremos a conversar com você sobre esse assunto fundamental para nossas vidas.

Por que passamos o ano todo ouvindo nos meios de comunicação, nos discursos políticos, nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado, palácios do presidente da república, governadores/governadoras, prefeitos/prefeitas que os municípios, os Estados e o país estão quebrados, endividados, que não tem dinheiro para melhorar a saúde, a educação, a segurança pública, a moradia, o saneamento básico, empregos e salários, cultura, esporte e lazer?

**O QUE VOCÊ SABE  
SOBRE A ARRECADAÇÃO,  
OS GASTOS E AS DÍVIDAS  
DO SEU MUNICÍPIO,  
DO SEU ESTADO  
E DO SEU PAÍS?**

**Falta dinheiro para tudo porque  
o que arrecadam é insuficiente?  
Ou não dá por que desviam?  
Desviam para onde?**

**Todo desvio é ilegal ou existem  
mecanismos aprovados em lei de  
desvio do dinheiro da população  
para setores privilegiados?**

## VEJA QUEM FINANCIAM E QUEM MAIS SE BENEFICIA

O Brasil é a 12ª maior potência econômica do mundo, tem enormes riquezas e potencialidades naturais e muito dinheiro: tem cerca de **5 trilhões de reais em caixa há vários anos!**

O problema do Brasil não é a falta de dinheiro, de riquezas minerais, de alimento, de terras férteis, de água, dentre outras riquezas.

O problema do nosso país é a má distribuição do dinheiro e das demais riquezas. A maior parte de tudo que é arrecadado e gasto vai para o Sistema da Dívida, vai para o Banco Central gastar com sua política monetária, que beneficia principalmente os bancos e grandes rentistas, que vivem da especulação financeira, de renda, de juros e lucros absurdos.

As grandes empresas e corporações empresariais e financeiras pouco contribuem, pois repassam o ônus dos tributos que pagam – quando pagam - para os preços de seus produtos. E quando sonegam o que devem e são autuadas, entram com ações judiciais intermináveis para evitar o pagamento do tributo exigido.

**Essa má distribuição e concentração de renda, terra e demais riquezas**

**acontecem apenas entre as pessoas?**

Não! Ocorrem também entre os entes federados (estados, municípios, distrito federal e União), que formam a República Federativa do Brasil.

A esfera federal (União) fica com a maior parcela dos tributos pagos pela população. E mais, é ela quem define e impõe aos Estados e municípios um modelo que impede o desenvolvimento socioeconômico e aprofunda as desigualdades sociais, regionais e fere os objetivos fundamentais estabelecidos na Constituição, a Lei Maior do Brasil.

**E por que a dívida pública da União, dos Estados e municípios cresce de forma absurda?**

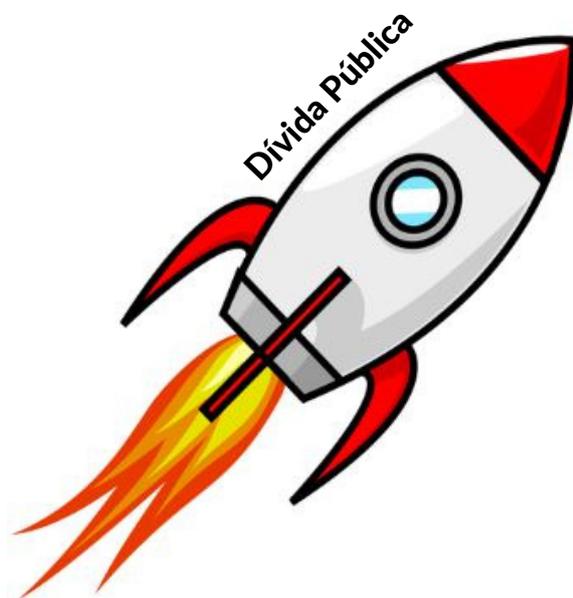
**Quem paga essa conta?**

**Por que quanto mais se paga, mais ela cresce?**

**A chamada dívida pública cresce de forma absurda, graças aos mecanismos operados pelo Governo, através do Banco Central.**

**Não é por causa dos investimentos ou gastos públicos, que têm sido drasticamente reduzidos.**

**Mecanismos impostos por um Banco privado/particular criado em 1930, denominado Banco BIS (Banco de Regulações Internacionais), que atua através do Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial, Comitê de Basileia, dentre outros organismos e fóruns que fazem parte do BIS.**



**Por isso, a Auditoria Cidadã da Dívida – ACD luta para que sejam investigadas/analizadas as origens do endividamento dos municípios, dos Estados e da União, por meio de auditoria da dívida pública, com participação social.**

E tem estudado e divulgado de diversas formas tudo sobre a Dívida Pública, tem interpelado extrajudicialmente lideranças dos partidos e parlamentares, para que não digam mais tarde que não sabiam em que estavam votando.

**E agora deu entrada em um Projeto de Lei, na Câmara e no Senado Federal, para LIMITAR OS JUROS NO BRASIL.**

Confira as redes sociais da Auditoria Cidadã da Dívida e fique por dentro do que ocorre com o dinheiro da população brasileira, resultante do pagamento de impostos e taxas, dos lucros das empresas estatais que ainda restam, dentre outras fontes de recursos financeiros.

<https://auditoriacidada.org.br/>

**Por um novo modelo econômico, que rompa com o modelo tributário regressivo; com a política monetária assassina praticada pelo Banco Central; com o Sistema da Dívida e com o modelo de exploração extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente.**

**O Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara Thierry Linardi**, da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), organismo da CNBB, que é coordenado por Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida – ACD, fez um estudo aprofundado para que melhor se compreenda o **FLUXO DE RECURSOS NA ESFERA PÚBLICA** (análise das receitas e das despesas públicas) e os principais problemas que impedem a correta distribuição dos abundantes recursos existentes no Brasil.

**O trabalho de pesquisa foi desenvolvido por vários grupos, que de forma coletiva, trataram sobre a Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.**

# Veja o que se comprovou com a análise das receitas e das despesas públicas!

## Quanto às Receitas

1. A flagrante injustiça da incidência dos impostos, que pesa mais sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres, que destinam todas as suas disponibilidades financeiras para o consumo;
2. Que o Banco Central - BC funciona como correia de transmissão de recursos públicos para os bancos: ganha títulos públicos do Tesouro Nacional e ainda recebe juros sobre esses títulos, os quais utiliza para remunerar diariamente a sobra de caixa dos bancos (bolsa banqueiro), uma remuneração parasita, paga pelo BC sobre recursos que sequer pertencem a eles e que foi legalizada em julho de 2021 (lei 14.185/2021).
3. Que o BNDES, que tem como principais fontes de recursos o Tesouro Nacional e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), reproduz a mesma injustiça do Banco Central, beneficiando principalmente grandes empresas;
4. Que embora o valor das transferências da União (Fundo de Participação dos Estados - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - FPM e outros repasses, que provêm de arrecadação tributária) seja relevante para os Estados e Municípios, quando comparado ao volume do gasto federal com a dívida pública, o valor dessas transferências se torna insignificante: o gasto com a dívida é superior a 400% (quatrocentos por cento) da soma de todas as transferências aos 26 estados, Distrito Federal e aos 5.568 municípios brasileiros.

## Quanto às Despesas!

1. Que todo sacrifício social e econômico imposto à população para pagar a dívida pública federal tem alimentado exclusivamente a própria dívida: quanto mais se paga mais se deve e não se tem contrapartida em investimentos para o país, como afirmou o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) em audiência pública no Senado
2. Que para burlar a Constituição (art. 167, III) o governo federal tem contabilizado juros como se fossem “amortização” ou “rolagem”;
3. Que as principais despesas dos Estados e do Distrito Federal - DF em 2020 (por funções), foram com Educação, Saúde e Previdência Social, áreas fundamentais para a população. Para funcionarem estas áreas contam com a participação imprescindível de servidoras e servidores públicos, que têm sido alvo dos governos e de mentirosos estudos do Banco Mundial, que afirmam haver “excesso de gastos com servidores” omitindo a verdadeira fonte do problema dos estados: a concentração das receitas na esfera federal e a priorização dos pagamentos da questionável dívida pública, além da subtração de recursos estaduais pela Lei Kandir e outros incentivos fiscais injustificados.

# Comprovou-se, também, que:

1. Apesar da crescente transferência de responsabilidades da União e dos Estados para esfera municipal (o que requer maiores investimentos diretos em bens públicos) **há uma redução progressiva da transferência de recursos aos municípios para o financiamento da infraestrutura** (manutenção, construção e equipamentos) necessária às políticas sociais.

2. O Sistema da Dívida está avançando para **modalidades cada vez mais prejudiciais aos cofres públicos e à sociedade, como o Esquema da Securitização de Créditos**. Com este esquema - uma espécie de empréstimo consignado de recursos públicos - os recursos arrecadados de contribuintes nem chegam aos cofres públicos, pois são desviados para contas vinculadas a esse esquema, durante o percurso dos recursos pela rede bancária.

**Esse esquema já funciona em diversos estados e municípios do país, a exemplo de Belo Horizonte, onde uma CPI comprovou graves danos aos cofres públicos, e tem se tornado um modelo de negócios, desviando receitas de tributos arrecadados de contribuintes, receitas previdenciárias (a exemplo do RioPrevidência no Rio de Janeiro) e comerciais, como é o caso das receitas do Nióbio em Minas Gerais**

A análise das receitas e despesas da União, dos Estados e dos Municípios correspondeu ao período de 2013 a 2020. E, em todas as esferas, é nítido o impacto da crise iniciada em 2014 (**crise fabricada pelo governo, através do Banco Central**) sobre o comportamento das receitas de todos os entes federados e sua relação com a política monetária praticada pelo referido banco.

O diagnóstico realizado mostrou que o funcionamento do modelo econômico atual aprofunda as desigualdades sociais, gera crescente dano ambiental e impede o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, além de produzir crises que têm servido de justificativa para medidas que agravam as injustiças sociais e o atraso do nosso país em todos os aspectos, levando-nos a uma situação de fome, desemprego, violência e morte.

**A partir da análise feita, o Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara, Thierry Linardi apresentou um conjunto de propostas relativas ao Modelo Tributário, ao Sistema da Dívida, à Política Monetária do Banco Central e à Economia Ecológica.** Essas propostas, assim como os trabalhos de pesquisa foram encaminhadas para o Grupo de Estudos da “Economia de Francisco e Clara”.